

A CONDUÇÃO DA AGENDA DE SEGURANÇA COLOMBIANA: ações empreendidas pelo governo colombiano no período de 2002-2014

THE COLOMBIAN SECURITY AGENDA: actions of the Colombian government in the period 2002-2014

Natália Diniz Schwether¹

RESUMO

O grupo armado colombiano, FARC, em cinquenta anos de conflito foi considerado uma ameaça ao governo colombiano. Pretende-se analisar as ações empreendidas pelos tomadores de decisões para legitimar um processo cunhado pela Escola de Copenhague como securitização. Entretanto, evidencia-se que a securitização não proporciona, necessariamente, o fim das vulnerabilidades. A análise compreende os anos de 2002 a 2014, período de transição de governo e alteração de conduta.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança Internacional; Securitização; FARC.

ABSTRACT

The Colombian armed group, FARC, was considered by the State as a threat, so the Colombian government attached to the group the figure of a public enemy. It's intended to analyze the actions taken by decision makers in the Colombian government to legitimate a process called by the Copenhagen School as securitization. However, it is made clear that the securitization does not, necessarily, ends the vulnerabilities. The analysis covers the years from 2002 to 2014, a period of government transition and change of conduct.

KEY-WORDS: International Security; Securitization; FARC.

INTRODUÇÃO

A busca por legitimação de uma identidade coletiva e a conquista de soberania por grupos nacionalistas são o cerne de muitos conflitos regionais. O presente artigo propõe-se a analisar quais foram as ações empreendidas pelos tomadores de decisão nacionais diante da ameaça advinda das Forças Armadas Colombianas, mais conhecidas

¹ Doutoranda do Programa da Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e graduada em Relações Internacionais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Recife-PE, Brasil. E-mail: natidiniz@gmail.com

pela sigla FARC, no período de 2002 a 2014.

A análise será realizada à luz da teoria de securitização desenvolvida pela Escola de Copenhague e dessecuritização que possui como seu maior expoente Ole Waever (1995). Para tanto, a priori, este artigo abordará as origens do movimento, a fim de compreender as razões para os atos violentos em um cenário de insurgência. No âmbito teórico, apresentará uma reconstrução dos caminhos traçados pelos estudos de segurança nas Relações Internacionais.

Objetiva-se demonstrar, através de uma comparação entre as práticas empregadas pelos governos de Álvaro Uribe (2002-2010) e seu sucessor Juan Manoel Santos (2010 – atual), as distintas alternativas e ações que os governos podem adotar na condução de uma problemática de segurança nacional. Saliendo, ainda, que algumas delas, muitas vezes, revelam-se ineficazes ao não atingirem o sentimento nacional de tranquilidade, sendo capazes, até mesmo, de tornarem o cenário mais instável e conflituoso.

Neste sentido, o discurso dos governantes é fator significativo, dado que a subjetividade do tema e o poder de influência do Estado na definição das ameaças são centrais. Logo, no espaço de tempo observado nota-se, durante o governo de Álvaro Uribe, um confronto direto com os grupos guerrilheiros por meio de uma militarização do conflito originária de uma aliança estratégica com o governo norte-americano. A posteriori, seu sucessor, Juan Manoel Santos, redimensiona a ação e condiciona suas políticas ao estabelecimento de diálogos para a conquista da paz.

Dessa forma, o artigo será dividido em três seções. A primeira versará sobre a ampliação dos estudos de segurança com o fim da Guerra Fria, atingindo as novas abordagens construtivistas a respeito da percepção social das ameaças e sua securitização. A segunda parte apresentará uma contextualização histórica, abordando a origem da guerrilha colombiana, suas causas, desdobramentos e percepções dos atores internacionais. Por fim, serão demonstradas as práticas adotadas pelos governos colombianos, as quais inicialmente estavam voltadas à securitização das FARC e, posteriormente, sofreram uma alteração, aproximando-se da normalização das práticas. Tendo em vista tal cenário, a hipótese aqui planteada é a de que, no caso colombiano, o objetivo estatal de segurança e tranquilidade não foi atingido com a securitização da ameaça.

1. ESTUDOS DE SEGURANÇA

A temática da segurança esteve na base da construção da disciplina de Relações Internacionais. A segurança foi considerada uma forma especial de política reiterada toda vez que atores ameaçam ou usam a força para obter o que desejam. O poder do Estado para teóricos como Hobbes (2006) e Clausewitz (1984) teria um impacto decisivo sobre a segurança dos indivíduos. A escola realista acredita que a cooperação consensual entre indivíduos depende da preexistência de um regime capaz de resolver os conflitos. Uma vez que os conflitos não nascem necessariamente da incompatibilidade de desejos, eles são inerentes à toda sociedade e, portanto, não são interpretados como um fenômeno anormal ou patológico, que pode ser eliminado definitivamente.

A ideia de uma conflitividade imanente da sociedade, presente nas concepções de Hobbes (2006), contribuiu para que o mesmo definisse a sociedade como um ser artificial, o Leviatã, criado com intuito de defender e proteger o contrato social e remediar os conflitos. Dessa forma, as relações entre os Estados se estabelecem tendo como base o poder. Assim, a guerra sempre é possível. Atrelado ao desenvolvimento da tecnologia disponível a todos os atores, a ameaça do uso da força é um fator constante e inevitável. O Sistema Internacional tornou-se potencialmente belicoso, sem um controlador político supranacional capaz de limitar o uso da força. As nações se relacionariam entre si através de um equilíbrio de poderes.

Contudo, durante as últimas décadas, abordagens construtivistas mais amplas têm desafiado as teorias tradicionais realistas e neorealistas. De acordo com Freedman (1998), o (neo)realismo perdeu sua credibilidade ao não conseguir explicar o colapso da União Soviética. De modo análogo, para Miller (2001), a queda das estruturas, até então conhecidas, fez com que emergissem novos debates. Os assuntos de segurança político-militares diminuíram e a guerra tornou-se cada vez menos provável. Este quadro possibilitou que os acadêmicos de segurança internacional propusessem novas temáticas antes pouco abordadas como, por exemplo, a questão dos refugiados, o meio ambiente e o terrorismo.

Segundo Mary Kaldor (1999), a guerra deixou de ter a perspectiva tradicional proposta por Clausewitz (1984) – um ato de violência entre Estados por um fim político – e tornou-se mais abrangente. Dessa forma, observa-se o surgimento de modalidades de conflito distintas vinculadas, em sua maioria, ao contexto interno do Estado, resultado de

uma maior particularização dos indivíduos e da ênfase atribuída aos regionalismos (TOKATLIAN, 2001).

Outrossim, com o término da Guerra Fria e o fim do embate ideológico entre as superpotências ocorreu a eclosão de uma série de conflitos antes latentes, entre eles nacionalismos, disputas por poder e crises domésticas. Nesse contexto, o conceito de segurança começou a adquirir novos contornos, distinguindo os partidários por uma separação entre estudos estratégicos e estudos de segurança e os defensores de sua essência estritamente militar. Aos defensores da expansão do conceito, essa redefinição possibilitou que o estudo extrapolasse a esfera estatal atingindo o nível dos indivíduos e grupos sociais, no qual as ameaças são múltiplas (BOOTH, 2007).

No tocante às ameaças, elas podem ser definidas como a percepção de fenômenos que apresentam alta possibilidade de provocar convulsão social, ruptura do Estado de Direito, redução significativa da capacidade da sociedade, do Estado e das forças armadas de apresentarem defesa adequada dos sistemas sociais, políticos e econômicos (GUIMARÃES, 2006). Em suma, estão vinculadas a questões estatais internas, são perpetradas por atores não-estatais e potencializadas pelo processo de globalização. Entre elas, o terrorismo, o narcotráfico e a degradação ambiental.

O conceito de terrorismo insere-se no cenário social e político da Revolução Francesa (1789-1799), referindo-se ao governo dos Jacobinos e ao sistema de intimidação coercitiva aplicado por eles (ZAKAROL, 2010). Passou a ser utilizado a fim de representar uma ação que, por meio da intimidação coletiva, almeja conquistar objetivos políticos (BRANT; NEMER; LASMAR, 2004). Entretanto, o termo não possui uma clareza de definição, muito em virtude de suas características internacionais. Por vezes, uma ação revolucionária pode ser cunhada como terrorismo apenas com intuito depreciativo.

De acordo com Laqueur (2003) “o terrorismo não é uma ideologia, mas uma estratégia de insurgência que pode ser usado por pessoas de diferentes origens ideológicas”² (2003, p. 37). Desta feita, o terrorismo não possui um fim em si mesmo. Ademais, para que determinado grupo seja classificado como terrorista é necessário que utilize de maneira sistemática as práticas terroristas, bem como que elas sejam o principal

² Fragmento de texto original: “terrorismo no es una ideologia, sino una estrategia de insurrección que puede ser usada por personas de diferentes procedencias ideológicas” (LAQUEUR, 2003, p. 37).

instrumento de combate (LAQUEUR, 2003).

Portanto, embora as guerrilhas façam uso eventual de táticas semelhantes às terroristas, como o emprego de bombas, sequestros e assassinatos seletivos, elas não devem ser qualificadas como terroristas. Os guerrilheiros “não são simples bandidos, terroristas ou narcoguerrilheiros, mas rebeldes com ideologia, recursos e objetivos específicos contra a ordem existente” (SANCHEZ, 2004, p. 64).

Acresce-se como elemento distintivo a valoração atribuída ao território, no que tange à ocupação espacial e à expressão do poder territorial. Segundo Waldmman (2007, p. 70), o “guerrilheiro quer ocupar o espaço; em oposição, o terrorista o pensamento”³. Afirmação em linha com o estudo realizado por Merari (1994), o qual aponta as características fulcrais para diferenciação de uma guerra convencional, das práticas de guerrilha e do terrorismo⁴.

Igualmente pertinente ao se tratar de terrorismo é compreender o contexto político no qual este se insere. Daí emerge a principal problemática desta análise, a qual pauta-se na maneira como o termo terrorismo é utilizado no discurso político. Frequentemente alvo de manipulação, é empregado de modo pejorativo, com intuito de estigmatizar e julgar determinados comportamentos políticos (SAINT-PIERRE, 2002). Evidencia-se esta prática no caso das guerrilhas latino-americanas, as quais são recorrentemente designadas terroristas na tentativa de deslegitimar suas ações e justificar o extermínio dos grupos⁵.

Por essa razão, a corrente construtivista tem chamado a atenção da academia, dada a importância atribuída às percepções humanas. Torna-se fundamental levar em consideração os processos subjetivos e o papel influenciador das ideias na construção social da realidade. As circunstâncias e os argumentos são os grandes responsáveis pela maioria das opiniões dos homens e, conseqüentemente, da proeminência de determinados temas nas agendas de segurança (HOBHOUSE, 1970). Assim sendo, neste

³ Fragmento de texto original: “guerrillero quiere ocupar el espacio; en cambio el terrorista, el pensamiento” (WALDMMAN, 2007, p. 70).

⁴ As variáveis analisadas por Merari (1994) em seu estudo são: (1) tamanho das unidades em combate; (2) armamento; (3) táticas; (4) alvos; (5) impacto esperado; (6) controle do território; (7) delimitação do teatro de operações; (8) legalidade jurídica (internacional); (9) legalidade doméstica (MERARI, 1994).

⁵ Outros exemplos que podem ser citados são o grupo Sendero Luminoso no Peru e o Exército do Povo Paraguaio (EPP) no Paraguai.

artigo compartilhamos pressupostos com a Escola de Copenhague, a qual busca rever perspectivas estabelecidas no campo das Relações Internacionais e entende a segurança como uma ação que leva a política além das suas regras usuais, visando à sobrevivência.

Expoente da Escola de Copenhague, Buzan foi um dos precursores na ampliação da agenda de segurança, categorizando-a em cinco dimensões: militar, política, econômica, societal e ambiental (BUZAN, 1991). A segurança militar compreende a capacidade ofensiva e defensiva dos Estados e como os mesmos interagem entre si, percebendo as intenções em jogo. A segurança política é aquela que busca a estabilidade e legitimidade do poder do Estado. A segurança econômica aborda a questão dos recursos e mercados necessários para o bem-estar estatal. A segurança societal refere-se à garantia da existência de um padrão identitário de um povo, compreendido por sua língua, costumes e religião. A segurança ambiental diz respeito à manutenção da biosfera, da qual depende o desenvolvimento de todas as atividades humanas. A partir desta divisão, Buzan (1991) sugere que a segurança tem caráter multidimensional e, portanto, é resultado da interação destas abordagens.

Outra importante contribuição de Buzan foi apontar, diferentemente do que acreditam os realistas, que a segurança é uma construção social. Aliado a seus colaboradores Waever e Wilde, também expoentes desta vertente, descreve a segurança como a existência de uma ameaça aparente a um objeto. A natureza da ameaça justifica o uso de medidas extraordinárias e faz com que o assunto seja enquadrado como um tipo especial de política. Não significa, entretanto, que qualquer tema possa ser transformado em uma questão de segurança. Determinadas fronteiras existem, e a principal delas está no fato de que um fenômeno só será considerado como relativo à segurança à medida que o público assim o aceite. Não é possível impor uma agenda de segurança específica à sociedade sem o respaldo da população. “Uma securitização bem-sucedida não é decidida pelo securitizador, mas pela audiência do ato de fala de segurança” (BUZAN *et. al.*, 1998, p. 31).

A grande contribuição da Escola de Copenhague no entendimento da segurança pauta-se em como são vistas as prioridades sociais, já que, de acordo com a dramatização com que são tratadas, podem retirar um processo de seu âmbito político comum. Neste caso, a segurança é algo produzido discursivamente, negociada entre atores e audiência, atingindo um consenso, mesmo que temporário, a respeito de determinada abordagem. A

securitização não é imposta a qualquer custo. Portanto, um tópico se torna de segurança não, necessariamente, por causa da existência de uma ameaça real, mas porque ele é apresentado como uma ameaça (BUZAN *et. al.*, 1998).

Os supostos perigos são os responsáveis por determinarem a distribuição dos investimentos no seu combate, “é precisamente a ameaça que permite ao ameaçado tomar medidas preventivas para se proteger” (SAINT-PIERRE, 2007, p. 61). Destacando, a necessidade de se realizar um bem-sucedido *ato de fala*, tal qual a forma de se estudar a securitização. Estudar o discurso e as constelações políticas demonstra a importância dada à análise das práticas dos agentes políticos (BUZAN *et. al.*, 1998).

Ao passo que a criação da noção de segurança passa pela dimensão discursiva, os autores da narrativa são os principais responsáveis no processo de securitização, os quais necessitam de poder político e capacidade no cenário internacional para convencer sua audiência da urgência do tema evocado, para apenas através de uma estrutura retórica concretizarem a securitização.

Contudo, Buzan *et. al.* (1998) salientam que, embora haja aspectos positivos na securitização, nem sempre transferir uma problemática para o âmbito da segurança é viável, dado que o recurso militar deve ser utilizado com prudência, como a última e mais extrema medida. O seu uso indiscriminado pode causar tanto um esvaziamento de conceito, como uma ampliação sem precedentes das questões que demandam a mobilização militar do Estado. Dessa forma, a importância da dessecuritização, o caminho inverso da securitização, ou seja, o deslocamento de assuntos antes pensados como potenciais ameaças para o nível usual do debate público, ocorre em paralelo com sua politização:

Em suma, a politização é a passagem da esfera privada à esfera pública, a despolitização é a passagem da esfera pública à esfera privada, a securitização é a passagem da esfera pública à esfera de segurança e a dessecuritização é a volta de um assunto da esfera de segurança à esfera pública (MESSARI, 2004, p. 134).

Na intenção de percorrer este caminho existem estratégias que podem colaborar, entre elas a tentativa de transformação das mentalidades e a desconstrução da ideia de que certas pessoas são inimigas e, por isso, um problema de segurança. Igualmente, deve-se evitar criar novos dilemas de segurança, coibindo a ação das partes interessadas em uma securitização, de modo que a segurança retome as políticas normais (WAEVER,

1995).

2. O CONFLITO NA COLÔMBIA: HISTÓRIA E DESDOBRAMENTOS

Em 1940, são fundados os dois maiores partidos políticos da Colômbia, ainda atuantes e com grande relevância no âmbito interno, o Conservador e o Liberal. Essas duas correntes incluíam membros de todas as origens sociais e eram responsáveis por estabelecer um sentimento de identificação entre os cidadãos e sua região, bem como cumpriam o papel do Estado nacional, antes que o mesmo fosse instituído (CASTRO, 2009).

Em 1946, com o fim da República Liberal, deu-se início ao período conhecido como “*La Violencia*”. Os anos de 1948 a 1966 foram marcados por um grave conflito civil nos campos colombianos, travado por camponeses partidários de cada ala governista, os quais pretendiam usurpar as terras de seus adversários, através de confrontos violentos que demonstravam um claro caráter bipartidário. Neste ínterim, em 1958, estabeleceu-se uma aliança entre as elites dos dois partidos, a Frente Nacional, com intuito de cessar o conflito. Entretanto, tal medida gerou grande insatisfação dos setores urbanos e, sobretudo, rurais, os quais ficaram à margem da institucionalidade estatal (CASTRO, 2009).

Neste cenário, o convívio e a participação nas guerrilhas liberais, formadas na época de “*La Violencia*”, e a vitória da Revolução Cubana impulsionaram a criação de guerrilhas de esquerda com a pretensão de alterar a ordem econômica e social existente⁶ (CASTRO, 2009).

As razões para a luta que hoje conduzem as FARC são as mesmas que a originaram em 1964. Não desapareceu a violência a partir de cima, a violência do Estado burguês-oligárquico contra o povo, a pobreza não acabou. Os pobres, os trabalhadores, os camponeses, as mulheres, os indígenas, os estudantes não podem viver uma vida plena e repleta de oportunidades. Seus direitos fundamentais estão contidos apenas nos jornais e em alguma ou outra lei, mas na vida real ninguém se importa. As FARC estão lutando por uma nova Colômbia,

⁶ Nota-se que na época da formação das guerrilhas alguns traços fundamentais estavam presentes: (1) recrudescimento da violência; (2) incorporação da ideologia comunista por alguns setores, motivados pelo exemplo cubano; (3) economia nacional predominantemente agrária e latifundiária; (4) antagonismo de classes e polarização social; (5) decadência da liderança política desde o assassinato de Jorge Eliécer Gaitan; (6) auge dos regimes autoritários na América Latina; (7) doutrinação ideológica sobre segurança nacional no âmbito da Guerra Fria; (8) perda de valores e parâmetros morais da população, somada a perda de fervor religioso e de transformação na estrutura familiar e demográfica (CASTRO, 2009, p. 25 *apud* PEÑUELA, 2001).

pela Pátria Grande Bolivariana e latinoamericana e pelo socialismo (SALGARI, 2014, p. 14)⁷.

Em setembro de 1964 formaram-se as FARC, com orientação marxista-lenista e integrada por frações do Partido Comunista da Colômbia (PCC) e de liberais radicais. O surgimento das FARC foi reflexo de diversos fatores da realidade colombiana, entre os quais o bombardeamento, por parte do governo central, dos Departamentos de Cundinamarca, Huila e Tolima, regiões sob influência comunista que atraíam refugiados e perseguidos políticos com ideologias variadas. Esta ação desencadeou fugas para os *llanos orientales* e para o norte da selva amazônica, circunstância que impulsionou a formação dos grupos armados. Logo, a base social das FARC advém da reação à violência oficial e da repressão militar ao movimento camponês (CASTRO, 2009).

A repressão estatal foi intensa entre os anos 1960 e 1970, período em que a doutrina de segurança continental disseminada pelos Estados Unidos combatia com veemência a ameaça do inimigo interno, porém não se alcançou uma derrota completa da insurgência (CASTRO, 2009). Mesmo porque, as atividades da guerrilha cada vez menos impactavam o funcionamento da sociedade e da economia e não constituíam ameaça real ao poder instituído.

Entretanto, este cenário foi alterado em meados de 1980, quando vislumbrou-se a oportunidade de utilizar um antigo cultivo regional para atender uma grande demanda internacional (VALENCIA, 2005). As áreas em que estavam situadas eram extremamente favoráveis ao plantio de coca. Com isso, de três mil (3.000) integrantes e com ação restrita a uma região, as FARC passaram a dezessete mil (17.000) membros em setenta (70) frentes em todo o país (CASTRO, 2009, p. 29). Assim como alteraram sua conduta, tornando-se mais ofensivos, agindo de forma a afrontar a autoridade estatal.

Como afirma Castro (2009), o avanço do narcotráfico e o crescimento da economia colombiana foram fulcrais no incremento de poder da guerrilha, ambos permitiram o aumento das extorsões cometidas pelos grupos guerrilheiros, que passaram

⁷ “Las razones de la lucha que hoy llevan adelante las FARC son las mismas que le dieron nacimiento en 1964. No desapareció la violencia desde arriba, la violencia del Estado burgés-oligárquico contra el pueblo, no se terminó la pobreza. El pueblo pobre, los trabajadores, los campesinos, las mujeres, los indígenas, los estudiantes no pueden vivir una vida plena y digna llena de oportunidades. Sus derechos fundamentales sólo figuran en los papeles y en alguna que otra ley, pero en la vida real a nadie le importan. Las FARC luchan por una nueva Colombia, por la Patria Grande bolivariana y latinoamericana y por el socialismo” (SALGARI, 2014, p. 14).

a dominar regiões, tornando-se o governo de fato. Eles eram capazes de taxar produtores, traficantes, transportadores e lojistas, contribuindo para o aumento do clientelismo, da corrupção e da desinstitucionalização do país (VALENCIA, 2005).

Por conseguinte, se, inicialmente, o problema da guerrilha era algo marginal, o poder econômico conquistado a partir do tráfico de drogas e dos sequestros, atrelado ao controle estatal, colocaram-no no centro das atenções nacionais (CASTRO, 2009 *apud* SOTO, 2001). Apesar da criação das guerrilhas não ter sido motivada pelo tráfico de drogas, tal fonte de financiamento foi responsável por influenciar e potencializar o conflito. Por meio dele puderam aumentar o efetivo, formando um verdadeiro exército (VALENCIA, 2005). Somado às práticas mais radicais perpetradas pela guerrilha, as quais descaracterizaram o movimento original, os colombianos passaram a demandar ações mais efetivas de combate.

Com o passar dos anos houve a ampliação das metas das FARC, pautadas pelo princípio de arregimentar todos os meios de sustentação econômica visando à tomada do poder. Em março de 2000, os líderes das FARC colocam em vigor a “Lei 002”, que taxa todas as pessoas físicas e jurídicas com capitais acima de 1.000.000 dólares, evidenciando a incapacidade estatal para o exercício de suas funções governamentais e o colapso do sistema político (CASTRO, 2009).

Nesse sentido, a Colômbia não tem um Estado anárquico (ausência completa de governo central), mas vive sim, no momento, uma mistura de Estado-fantasma (que exerce a autoridade em algumas áreas limitadas e em outras áreas é inexistente) e Estado anêmico (suas energias são consumidas no combate a diversas modalidades de grupos armados) (TOKATLIAN, 2002, p. 132).

Na passagem Tokatlian (2002) demonstra a incapacidade do Estado colombiano de defender seus indivíduos de grupos que, em sua opinião, não detinham capacidade suficiente para construir uma nova autoridade e uma ordem alternativa à existente. Com isso, os conflitos rurais se ampliaram atingindo o meio urbano, deixando de ser apenas uma preocupação nacional para galgar o *status* de uma guerra de baixa intensidade, cada vez mais internacionalizada, o que fomentou a ingerência norte-americana.

A importância geopolítica da Colômbia, sua dimensão territorial, demográfica e econômica, e a combinação de diferentes ameaças (narcotráfico, crime organizado, guerrilha, terrorismo, paramilitarismo) contribuem para que a ajuda

dos Estados Unidos a Bogotá se torne maciça e crescente (TOKATLIAN, 2002, p. 136).

A Colômbia é, notoriamente, uma importante fornecedora de petróleo aos Estados Unidos e compartilha com a Venezuela e com o Equador uma significativa faixa petrolífera, com uma jazida de hidrocarbonetos de grande magnitude. Há, portanto, uma clara motivação dos Estados Unidos para se envolverem no conflito estatal, isto sem considerar que a aproximação seria uma oportunidade de conter o avanço da Revolução Bolivariana na vizinha Venezuela (CASTRO, 2009; TOKATLIAN, 2001).

Em agosto de 2000, o general McCaffrey⁸ em visita a Bogotá solicita ao presidente Pastrana (1998-2002) que esboce uma proposta para fortalecer as forças armadas, aprofunde a guerra contra as drogas e contenha a crise econômica, iniciada em 1998. Em decorrência da visita, após dois meses, foi assinado o Plano Colômbia com caráter de lei em Washington, ensejando o desembolso de pouco mais de um bilhão de dólares, dos quais oitenta por cento (80%) seriam destinados ao exército e à polícia (CASTRO, 2009).

A proposta focava em programas de redistribuição e ampliação do apoio do governo a áreas socialmente defasadas. Contudo, essas ações não estavam entre as prioridades norte-americanas, que em pouco tempo as alterou. No novo conjunto de ações deu-se destaque para as investidas militares nas regiões de plantio de coca, como, por exemplo, a destruição de laboratórios de refino e a fumigação de químicos, além da modernização e do fortalecimento das forças armadas. Acentua-se, ainda, que a ajuda concedida pelos Estados Unidos não estava condicionada a atenção aos direitos humanos dos países receptores (DARIO, 2010; AVILÉS, 2006).

Desta maneira, percebe-se uma alteração na condução da problemática, que passou a ser enfrentada com intuito de exterminar, não apenas o plantio de coca, mas os grupos associados a ele, através da aplicação rigorosa do Plano Colômbia, o qual teve suas ações incrementadas em decorrência dos atentados de 11 de setembro de 2001. Diante de um ambiente internacional desfavorável aos processos de negociações de paz, o presidente Pastrana se valeu da legitimidade global que propiciava a “luta contra o

⁸ Atual militar da reserva, à época era diretor do Escritório de Política Nacional de Controle de Drogas (ONDCP) sob o presidente Bill Clinton. Liderou iniciativa para eliminar o cultivo de coca na Colômbia.

terrorismo” para inscrever a situação da Colômbia nessa agenda (DARIO, 2010; VALENCIA, 2005).

Tokatlian (2002) aponta que os Estados Unidos ampliaram sua ingerência imperialista no conflito com o tácito consentimento latino-americano, uma vez que a ênfase dada na caracterização da Colômbia como país-problema, tanto em nível hemisférico quanto internacional, conquistou inúmeros adeptos e reforçou a retórica sobre ameaça narcoguerrilheira.

Assim, entre 2001 e 2002, mesmo após algumas tentativas de negociação e a radicalização da aplicação do Plano Colômbia, houve aumento no número de sequestros, da extorsão e dos assassinatos seletivos. O candidato à presidência Álvaro Uribe utiliza-se do contexto de dificuldade econômica e transbordamento da violência para eleger-se, propondo uma maior militarização do conflito, prontamente aceita pelos Estados Unidos. Logo, a guerrilha teria contribuído de forma indireta para a ascensão de um governante mão de ferro como Uribe.

3. ANÁLISE DAS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

3.1 O GOVERNO DE ÁLVARO URIBE (2002-2010)

Uribe, na qualidade de presidente, declarou prontamente estado de emergência em todo o país. Revogou a Lei nº 418 de 1997, a qual estabelecia que o governo não poderia fazer acordos nem dialogar com um grupo carente de *status* político, substituindo-a pela Lei nº782, que eliminava sumariamente essa cláusula. Estabeleceu, também, um imposto especial destinado a cobrir os esforços de guerra como complemento aos recursos do Plano Colômbia.

Não é um exagero dizer que o Presidente Uribe jogou uma pedra pesada nas águas represadas do debate nacional [...] Disse que na Colômbia não se pode falar de “conflito armado”, mas sim de “ameaça terrorista” [...] Que a palavra “reconciliação” não tem cabimento na linguagem colombiana, porque não se deve aceitar que há uma fratura na sociedade (VALENCIA, 2005, p. 93).

Em oposição aos governos anteriores, a conduta daquele momento era pautada na existência de uma ameaça militar caracterizada, fundamentalmente, pelo uso do

terrorismo como tática de combate (PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA 2003, *apud* DARIO, 2010). Diante do diagnóstico desta ameaça como prioridade máxima para segurança nacional, o governo Uribe produz seu programa alinhado com a proposta norte-americana de uma guerra global contra o terrorismo. Posto que, os dois governos compartilhavam a concepção de que a guerrilha se tratava de um grupo terrorista sendo, por conseguinte, uma ameaça à segurança regional e internacional (SANTOS, 2011).

Destá forma, a Doutrina de Segurança Nacional destaca o conflito interno e o combate à insurgência, convoca a população civil para participar, seja atuando em combate, em funções de vigilância ou obtendo informações para a inteligência e, por fim, consolida os Estados Unidos como o principal apoiador material e estratégico (DARIO, 2010 *apud* HERNÁNDEZ, 2009).

Destaca-se no centro das políticas de Uribe a noção de que o Estado precisa de cidadãos que colaborem com as forças armadas, consolidando, na prática e no discurso, a criminalização dos movimentos políticos e sociais, classificados como inimigos a serem combatidos. Avivadas pela mídia, essas táticas levaram a lógica do conflito para dentro da dinâmica da sociedade civil (DARIO, 2010).

O governo promoverá a cooperação voluntária e patriótica dos cidadãos em cumprimento de seus deveres constitucionais e na aplicação do princípio de solidariedade que exige o moderno Estado social de direito, a fim de que cada cidadão contribua para a prevenção do terrorismo e da delinquência, proporcionando informação relacionada com as organizações armadas ilegais [...] Da maneira complementar, colocou-se em prática um programa de recompensas para aquelas pessoas que, como informantes dos organismos de segurança do Estado, deem informação que conduza à prevenção de atentados terroristas ou à captura de integrantes das organizações armadas ilegais (DARIO, 2010, p. 617 *apud* PRES DE LA REPUBLICA, 2003, p. 61).

A administração de Álvaro Uribe aumentou significativamente o orçamento militar, bem como implementou a legislação antiterrorista⁹, em 2003, a qual garantia aos militares poderes legais para interceptar comunicações, conduzir buscas domiciliares e prender indivíduos sem mandato judicial (DARIO, 2010 *apud* AVILÉS, 2006). Como

⁹ Ato Legislativo 02 de 2003, por meio do qual foram modificados os artigos 15, 24, 28 e 250 da Constituição colombiana a fim de enfrentar o terrorismo. No tocante a interceptação de correspondências e outras formas de comunicação privada; circulação de pessoas; realização de prisões sem prévia ordem judicial; nomeação das forças armadas em caso de ausência de funcionários competentes para tratar o tema (DIARIO OFICIAL N° 45.406, 2003).

compilado por Sandino (2012), diversas foram as medidas tomadas durante o mandato de Uribe para coibição do terrorismo:

FIGURA 1 – LEIS QUE ABRANGEM MEDIDAS CONTRA O TERRORISMO

Lei	Resumo
Lei 526 de 15/08/199	Cria o Departamento de Informação e Análises Financeiras com foco na lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo.
Lei 599 de 24/07/2000	Código Penal inclui a descrição das várias infrações terroristas.
Lei 733 de 31/01/2002	Medidas contra sequestro, terrorismo e extorsão.
Lei 1.121 de 30/12/2006	Medidas para prevenção, detecção, investigação e punição do financiamento ao terrorismo.
Lei 1.142 de 28/07/2007	Reforma legal do Código Penal e do Código do Processo Penal e incorporação de medidas para prevenção e supressão de crimes de especial importância para a segurança cidadã.

Fonte: Sabino, 2012, p.32. (tradução nossa)

Desta forma, como expõe Villa e Ostos (2005), a Política de Defesa e Segurança Democrática colocada em prática pelo governo Uribe pretendia, em linhas gerais: consolidar o território nacional por meio das forças armadas, desmobilizando grupos insurgentes; eliminar o narcotráfico por meio da fumigação de terras de plantio e do combate aos narcotraficantes; e estabelecer políticas de cooperação com países vizinhos a fim de proteger as fronteiras nacionais. Isto posto, nota-se a clara preocupação em fortalecer o Estado colombiano, porém sem de fato encerrar o conflito, visto que o foco era dado à vitória militar.

Com o tempo, embora o Plano Colômbia tenha obtido êxito em relação à profissionalização das Forças Armadas e da Polícia Nacional, assim como na fumigação de grandes áreas semeadas com coca, não conseguiu enfraquecer a guerrilha. Pode-se dizer, até mesmo, que aprofundou a dinâmica de guerra na região, reflexo principalmente do Plano Colômbia. Assim sendo, apesar da popularidade do governo e de sua política de segurança, os excessos cometidos em suas diretrizes, por meio da implementação de um estado de exceção permanente, que atribuía amplos poderes ao Executivo e aos militares para a realização de ações específicas, começaram a desgastar sua imagem (DARIO, 2010).

Em vistas deste enfraquecimento político lança-se, em 2003, o Plano Patriota, uma iniciativa que converteu o conflito colombiano em uma fonte de contínua tensão diplomática regional. Os conflitos internos ao país transbordaram as fronteiras nacionais, atingindo os países vizinhos, Peru, Brasil, Equador, Bolívia e Venezuela, os quais discordavam das políticas que estavam sendo empregadas para resolução do conflito, acirrando o ânimo entre os países, em alguns casos, gerando contendidas militares e dificultando o estabelecimento de políticas de segurança comuns (ICG, 2003).

Apesar disso, houve a intensificação da presença de conselheiros norte-americanos na região para supervisão do projeto, apoio logístico e inteligência militar e, além disso, remessas anuais de dólares permaneciam sendo enviadas. O Plano objetivava expulsar as FARC de uma grande zona que era controlada por elas. Além disso, pretendia capturar seus líderes e extraditá-los para os Estados Unidos. A execução desta ação foi responsável por criar uma tensão regional com os governos vizinhos, os quais tinham suas fronteiras extrapoladas, sofrendo com crescentes e constantes violações de suas soberanias.

Ainda no que concerne ao Plano Patriota, este pretendia extinguir os grupos insurgentes do território e assegurar o fim das ameaças. Segundo essa política, todas as formas de mobilização e protesto social foram tachadas de suspeitas e criminosas. Durante o mandato, Uribe almejou convencer a população de que um Estado militarmente preparado estava lutando contra o “terrorismo”, com a colaboração da sociedade civil e da comunidade internacional guiada pelos Estados Unidos.

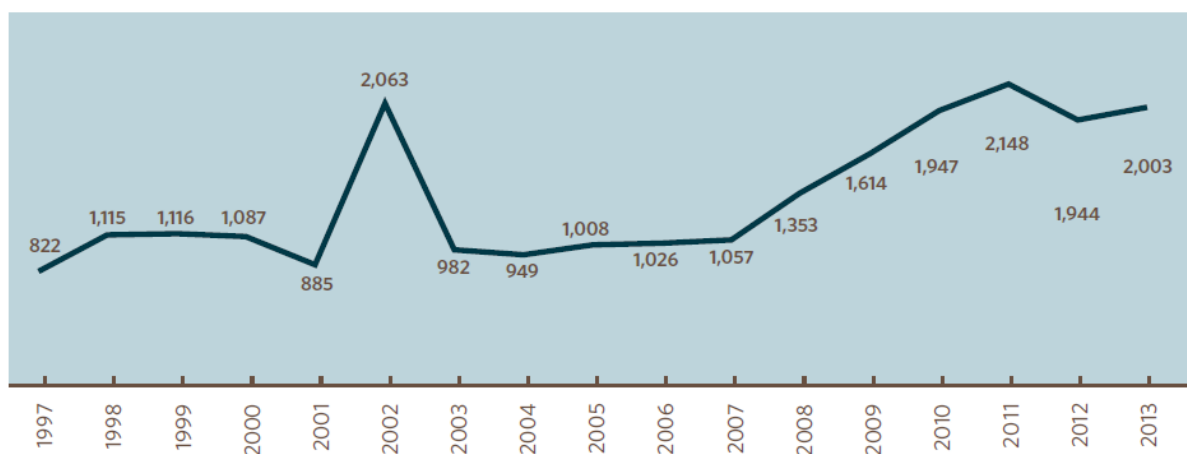
Nota-se este posicionamento no discurso proferido após um ataque das FARC, entre outros com o mesmo teor, no qual o presidente Uribe diz:

Non são pensadores de esquerda (as FARC), são bandidos, terroristas; olhe para o ataque cometido em Ituango, onde um deles explodiu trs quilos de explosivos, causando a morte de sete pessoas, trs a ponto de morrer e mais de 80 feridos [...] Esses "terroristas vulgares" devem ser enfrentados com toda a vitalidade e sem medo (EL TIEMPO, 2008).¹⁰

¹⁰Fragmento original: “No son pensadores de izquierda (las FARC), son unos matones, unos terroristas; mira el atentado que cometieron en Ituango, donde uno de ellos hizo explotar tres kilos de explosivos y caus la muerte de siete personas, tres a punto de morir y más de 80 heridos [...] A esos "vulgares terroristas" hay que enfrentarlos con toda vitalidad y sin miedo” (EL TIEMPO, 2008).

Os ataques recorrentes das FARC demonstravam que o Estado não era capaz de controlar a ameaça através das medidas que se propunha. A eficácia de sua política de segurança nacional não havia atingido os resultados esperados. No Gráfico 1 abaixo observa-se que, embora entre os anos de 2003 e 2007 os incidentes armados envolvendo as FARC tenham mantido menores índices, a partir de então houve uma ascensão vertiginosa, demonstrando que o grupo estava ativo, capaz de realizar operações em distintas regiões do território, bem como aproveitar as oportunidades decorrentes de erros das forças de segurança (LLORENTE, 2009).

GRÁFICO 1 - “AÇÕES ARMADAS” DAS FARC NOS ÚLTIMOS ANOS



Fonte: WOLA Washington Office on Latin America, 2014.

Mediante o exposto, até então, observa-se a recorrência e a proeminência desta problemática na agenda nacional e internacional, qual a rigidez com que a mesma foi tratada, sempre vinculada aos aspectos da Defesa e Segurança, através de uma intensa concentração dos meios de coerção nas mãos do Estado. Neste sentido, Uribe, em 2008, concede uma entrevista ao jornal *Washington Post* no qual, ao ser questionado sobre o quanto a Colômbia estaria sob controle de seu governo, responde:

Neste momento, enfraquecemos todas as organizações terroristas na Colômbia - paramilitares, guerrilhas - Nós restauramos a lei e a ordem na grande maioria do nosso território. Eles não possuem mais partes do nosso território sob seu controle, mas ainda têm o poder de causar danos aos cidadãos (WASHINGTON POST, 2008)¹¹.

¹¹ Fragmento original: “At this moment, we have weakened all the terrorist organizations in Colombia -- paramilitaries, guerrillas -- we have restored law and order in the vast majority of our territory. They no longer have portions of our territory under their control, but they still have the power to harm citizens”

Desta maneira, a utilização pelo governo de signos linguísticos demonstrava a existência de uma ameaça à população, vinculada à ameaça transnacional do tráfico de drogas e do terrorismo. Parte do público aceitou tal discurso e, portanto, justificou a implementação de medidas especiais e o uso da força, quebrando as regras normais no combate ao terror.

A securitização, como comenta Waever (1995), transfere as questões para uma esfera acima da política normal, atingindo o âmbito da “política do pânico”. Esta prática possui impacto considerável nos demais setores da sociedade. Por essa razão, para a Escola de Copenhague, a segurança não possui valor intrinsecamente positivo. Não só a securitização deve ser evitada como se deve visar a dessecuritização dos temas. Curiosamente, nota-se a tentativa de implementação desta teoria no governo subsequente.

3.2 O GOVERNO DE JUAN MANOEL SANTOS (2010-2014)

O governo do presidente Juan Manoel Santos foi responsável por alterar a estratégia empregada nos últimos dez anos no país e inaugurar a possibilidade de diálogo com as FARC, retomando um projeto para a resolução pacífica do conflito mediante negociação. Em meados de 2012, o presidente confirmou que estava em contato com as FARC e almejava construir acordos conjuntos que levassem ao fim do conflito (DARIO, 2014). Como afirmou Santos, “o objetivo é persuadir os promotores da guerra, convencê-los de que esse não é o único caminho e converte-los em promotores da paz”¹² (EL TIEMPO, 2014).

Esta nova negociação contava com um ponto favorável no tocante ao enfraquecimento militar das FARC: o grupo perdeu sua legitimidade política, o que afetou diretamente seu contingente, assim como teve seus principais líderes assassinados, perdendo o poder aglutinador de seus comandantes (DARIO, 2014).

Mediante este cenário, as FARC também viram na possibilidade do diálogo uma oportunidade para obter conquistas de difícil alcance com suas práticas tradicionais. A

(WASHINGTON POST, 2008).

¹² Fragmento original: “el reto es persuadir a los promotores de la guerra, convencerlos de que ese no es el camino y convertirlos en promotores de la paz” (EL TIEMPO, 2014).

capital de Cuba, Havana, foi escolhida para receber as reuniões entre o governo e a guerrilha, iniciadas em 2011. A princípio, foi proposta a agenda de debates e estabelecida a principal estratégia do processo, a qual tratou da forma de condução do acordo. Nele, as partes discutidas mantêm-se em aberto até que todas as questões sejam tratadas e submetidas à votação em seu caráter integral (DARIO, 2014).

Todavia, mesmo com a transcorrência dos diálogos, as atuações no plano tático não cessaram e se tornaram uma maneira de pressionar o governo para que este não tivesse uma postura intransigente durante as negociações (DARIO, 2014).

Essa é talvez a grande diferença em termos estratégicos entre os governos de Santos e Uribe: este último pensava a questão da segurança fundamentalmente em termos da indivisibilidade da soberania. O custo de reconhecer as FARC como um interlocutor político era maior do que o custo humanitário da violência decorrente da ausência do diálogo[...] Ao ser eleito presidente, Santos redireciona, para a surpresa de muitos, a leitura sobre o cenário de segurança da Colômbia. Seu programa de segurança identifica como as principais ameaças para o país no longo prazo: a fragmentação desses grupos armados; e a construção de milícias no nível local[...] (DARIO, 2014, p. 7).

O Acordo Geral estabeleceu cinco pontos para as negociações: I) reforma agrária; II) participação política; III) desmobilização e término do conflito; IV) soluções para o problema das drogas ilícitas; e V) vítimas. Apesar das recorrentes dúvidas da população sobre o que se sucedia durante as negociações e os pontos a serem debatidos – tal qual a pouca confiança no método empregado para se estabelecer as conversações, devido, principalmente, a pouca credibilidade nas reais intenções das FARC – foram sendo logrados os primeiros entendimentos entre as partes nos pontos I, II e IV (DARIO, 2014).

Um dos pontos prioritários do acordo dizia respeito à política de combate às drogas ilícitas, em face da qual se estabeleceu um enfoque calcado nos princípios dos direitos humanos, saúde pública e gênero. O governo se comprometeu a refletir em conjunto com órgãos da ONU medidas mais efetivas e ajustes necessários nas políticas elaboradas, as quais abordaram desde um programa de substituição de cultivos a fim de garantir condições materiais para as populações afetadas, e nos casos de comunidades resistentes a erradicação dos cultivos de forma manual, gerando menos impacto ao meio ambiente, até ações de reabilitação aos consumidores (GOBIERNO; FARC-EP, 2014).

Diante disto, os líderes das FARC elogiaram a postura social de Santos: “Sem dúvidas, nosso país necessita de um discurso social, um discurso moderno, como o que

expõe o Presidente¹³". Eles ressaltaram a observância dos direitos humanos e do realismo das medidas adotadas por Santos, indispensáveis para um possível acordo de paz (EL TIEMPO, 2013c).

Observa-se, portanto, que em oposição ao discurso securitizador empregado na administração anterior, o governo de Santos deu início a um movimento dessecuritizador, o que coaduna com a análise realizada por González (2012) dos discursos do presidente Santos e das FARC, na qual ela observa que:

Cada ator convoca una audiencia con un propósito muy claro e de manera diferente. Enquanto os guerrilheiros se deparam com uma sociedade que já não acredita mais neles, o presidente pretende referendar sua ação e uma solução definitiva para a longa luta. Enquanto Santos fala de "conversações exploratórias", "proceso", "acordo", as Farc falam de 'nós', 'Colômbia', 'povo' e 'reconciliação'. Os guerrilheiros tentam reconstruir seu Ethos, ou seja, propor, por meio do discurso, uma nova imagem que permita convencer a audiência, inspirar confiança e obter adesões. Deixando para trás qualificações como grupo subversivo ou terroristas. [...] A declaração do presidente não pretende mobilizar argumentos emotivos ou de geração de confiança. Seus argumentos foram cingidos para informar e convencer através de uma lógica a possível assinatura da paz¹⁴ (GONZÁLEZ, 2012).

Esta postura, como afirma Krause e Williams (1997), não significa dizer que as percepções de ameaça sejam irrelevantes, mas sim que a questão teria passado a fazer referência a como são construídas essas ameaças e, fundamentalmente, como os atores envolvidos reagem e alteram os processos. Neste contexto, o presidente destaca a importância da "mobilização das pessoas para que os inimigos deste processo entendam, através dos mecanismos democráticos, que a imensa maioria dos colombianos querem essas mudanças e queremos a paz"¹⁵ (EL TIEMPO, 2012).

¹³ Fragmento original: "Sin duda, nuestro país necesita un discurso social, un discurso moderno, como el que expone el Presidente" (EL TIEMPO, 2013).

¹⁴ Fragmento original: "Cada actor llama a un auditorio con un fin muy claro y de manera diferente. Mientras la guerrilla busca a una sociedad que ya no cree en ella, el Presidente busca referendar su acción y una solución definitiva a la larga lucha. Mientras Santos habla de 'conversaciones exploratorias', 'proceso', 'acuerdo', las Farc hablan de 'nosotros', 'Colombia', 'pueblo' y 'reconciliación'. La guerrilla trata de reconstruir su Ethos, es decir, de reproponer, a través del discurso, una nueva imagen que le permita convencer al auditorio, inspirar confianza y conseguir adhesiones. Tratan de dejar atrás su calificativo de grupo subversivo o agrupación terrorista [...] El comunicado del Presidente no busca directamente movilizar argumentos emotivos o de generación de confianza. Sus argumentos están ceñidos a informar y convencer a través de una lógica, la de una posible firma de la paz." (GONZÁLEZ, 2012).

¹⁵ Fragmento original: "la movilización de la gente para que los enemigos de estos procesos reformadores y progresistas, entiendan, a través de los mecanismos democráticos, que la inmensa mayoría de los colombianos queremos esos cambios, queremos esas reformas y queremos paz" (EL TIEMPO, 2012).

Tal prática é descrita por Waeber (1995) como a normalização das estruturas e a pacificação das relações sociais. Neste sentido, o uso de meios extraordinários, percebido até então como legítimo, é abandonado. O assunto deixa de pertencer à agenda de segurança. “Muitos inimigos do Governo querem exacerbar o tema da segurança e dizem que o Governo está falhando nesta matéria [...] De certa maneira dão crédito ao terrorismo”¹⁶ (EL TIEMPO, 2013b), observou Santos em entrevista.

No entanto, a retórica que marca o governo Santos demonstra como a segurança não deve ser tratada exclusivamente como um problema militar. Ela deve ser tratada com base na presença estatal mediante instituições civis, serviços básicos e infraestrutura (RÁMIREZ, 2011). Por conseguinte, há uma tentativa de ser colocado em prática o que Tokatlian (2002) havia delimitado como seu plano D, que vislumbra atitudes de mais longo prazo, com colaboração da população civil e em parceria com os países latino-americanos. “Dessa forma, a crise da Colômbia poderia ser repolitizada: voltar a politizar o comportamento do Estado e a conduta da guerrilha” (*idem*, p.140).

Igualmente, a proposta de alcançar a estabilidade e a segurança no governo Santos colaborou na aproximação da Colômbia com os demais países da região, intensificando a integração regional, impulsionada por políticas cooperativas que deixaram à margem questões sobre narcotráfico e combate ao terrorismo. Foram propostas políticas públicas direcionadas a solucionar problemas socioeconômicos nacionais, temas como desenvolvimento econômico, transparência política, direitos humanos e reforma institucional se destacaram como os de maior interesse para o governo (CEPIK; BRANCHER; GRANDA 2012).

Com vistas a este panorama, ressalta-se que, apesar de sua recorrência, a securitização de determinado tema deve ser desempenhada com bastante prudência, ponderando como nos demonstram Buzan *et. al.* (1998, p.32) “o que ocorrerá se tomarmos medidas de segurança e o que ocorrerá caso não forem aplicadas”. Afinal, o tema receberá prioridade absoluta, existindo o evidente risco de uma maior militarização para resolução das questões. Como esteve ciente Santos, “Terminar o conflito, é um ingrediente, é uma condição necessária para conquistar a paz. Mas não é suficiente. Por

¹⁶ Fragmento original: “Muchos enemigos del Gobierno quieren exacerbar el tema de la seguridad y dicen que el Gobierno está fallando en esta materia. [...] De cierta manera le hacen juego al terrorismo.” (EL TIEMPO, 2013).

isso, a política do Governo, desde 7 de agosto de 2010, foi semeando todas as sementes que permitiram a construção de paz"¹⁷ (EL TIEMPO, 2012b).

Portanto, no que se refere ao comportamento normativo da teoria de securitização, a qual acredita que o tratamento pautado em regras e práticas institucionalizadas, sujeito ao escrutínio público, é adequado para ser atribuído aos temas de segurança, corresponde às práticas implementadas entre os anos de 2010 a 2014 na Colômbia em relação à organização FARC.

CONCLUSÃO

Este artigo analisou o emprego de duas estratégias distintas, a securitização e a dessecuritização, para contenção das atividades praticadas pela organização FARC na Colômbia, no período de 2002 a 2014.

Com a desintegração da ex-União Soviética, o contexto externo ficou sem uma ameaça internacional clara e unívoca. Neste cenário atribuiu-se maior relevância para a manutenção da segurança e estabilidade internas ao Estado, de onde a maioria das ameaças diretas aos indivíduos passou a provir, bem como a imagem do inimigo foi reciclada sob a rubrica do “antiterrorismo” (AYOOB, 1997).

No caso colombiano a escolha semântica precursora do ato de fala dos governantes foi fulcral para o desenvolvimento de suas políticas. Entre os anos de 2002 e 2010, a redefinição do problema da Colômbia como “terrorismo” garantiu o fim das pressões para uma solução negociada, ou seja, política. Neste momento, o sentimento de ameaça contribuiu para que o conflito armado fosse considerado a única solução viável.

O governo de Álvaro Uribe, alicerçado sob o apoio que recebia dos Estados Unidos, que detinha interesses estratégicos no país, recebeu financiamento para diversas ações priorizando aquelas de cunho militar. Ainda durante seu mandato houve o recrudescimento de leis existentes e a criação de novas, conferindo maiores poderes às forças de segurança e militares na luta contra o terror.

¹⁷ Fragmento original: "La finalización del conflicto, terminar el conflicto, es un ingrediente, es una condición necesaria para lograr la paz. Pero no es suficiente. Por eso, la política del Gobierno, desde el 7 de agosto del 2010, fue ir sembrando todas las semillas que nos permitan esa construcción de paz" (EL TIEMPO, 2012b).

Contudo, com o passar dos anos ficou evidente que o caminho trilhado se distanciava, progressivamente, de uma resolução efetiva do conflito. Logo, a opção adotada pela securitização se demonstrou pouco vantajosa, uma vez que as FARC, insatisfeitas com a situação, continuaram praticando ataques, demonstrando que a atmosfera criada na região pela adoção de práticas securitizadoras foi responsável por produzir uma maior insegurança.

Por outro lado, com a ascensão de Juan Manuel Santos ao governo, declarou-se, desde o início, sua pretensão de dialogar com as FARC para construção conjunta da paz. As medidas se aproximaram, cada vez mais, de uma dessecuritização e da normalização das práticas. Para tanto, este governo esteve mais atento aos direitos e aos clamores da organização. Os ataques terroristas não cessaram. Porém, as negociações avançaram e foram conquistados acordos em diversos pontos.

Destarte, a análise do exemplo específico da Colômbia pretende demonstrar e corroborar com os autores da vertente teórica da Escola de Copenhague, os quais apontam que a falta de debate no processo decisório, dada a securitização de um assunto, deve ser evitada. A securitização aplicar-se-ia apenas em casos de ameaças evidentes. Mas, preferencialmente, o objetivo dos Estados seria o de manter os temas em uma esfera democrática, possibilitando a participação da sociedade civil na tomada de decisões estatais. Isso significa, por outro lado, que as práticas dialogais, pautadas em negociações, e a desconstrução da figura do inimigo são fundamentais para que a sensação de segurança seja percebida, de fato, entre a população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYOUB, Mohammed. Defining Security: A Subaltern Realist Perspective. In: *Critical Security Studies – Concepts and Cases*. Orgs. Krause, Keith e Williams, Michael. UCL Press Limited, Londres, 1997.
- BRANT, Leonardo; NEMER, Caldeira; LASMAR, Jorge M. O Direito Internacional e Terrorismo Internacional: Novos Desafios à Construção da Paz. In: Brigadão, Clóvis; Proença Jr., Domício. *Paz e terrorismo: textos do Seminário Desafios para a política de segurança internacional*. São Paulo: Hucitec, 2004. p. 179-195.

- BOOTH, Ken. *Theory of World Security*. Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge, 2007.
- BUZAN, Barry. *People, States and Fear: the national security problem in international relations*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1991.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.
- CASTRO, André Dunham. *Crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- CEPIK, Marco; BRANCHER, Pedro; GRANDA, Sebastián. A Colômbia e os desafios para a integração sul-americana. Porto Alegre: *Conjuntura Austral*, v.3, n.14, 2012.
- CHAPARRO, Amaya, Adolfo y Carolina Galindo Hernández. *Génesis y transformaciones del Estado Nación en Colombia*. Una mirada topológica a los estudios sociales desde la Filosofía Política. Bogotá: Centro Editorial de la Universidad del Rosario, 2009.
- CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Princeton: Princeton University Press, 1984.
- DARIO, Diogo Monteiro. A Legitimidade da Política de Segurança Democrática e a Doutrina de Segurança Nacional na Colômbia. Rio de Janeiro: *Contexto Internacional*, 2010.
- _____. Os diálogos de paz entre as FARC e o governo Santos na Colômbia. Rio de Janeiro: *Global South Unit for Meditation*, 2014.
- EL TIEMPO. 'Matones' y 'vulgares terroristas' son las Farc, señala el presidente Álvaro Uribe. 2008. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-4451517>>. Acesso em: jan 2017.
- _____. *Diálogo se agiliza si Farc tienen similar voluntad al Gobierno: Santos*. 2012. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12214571>>. Acesso em: fev 2017.
- _____. *Presidente Santos presentará diálogos com las Farc ante la ONU*. 2012b. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12247663>>. Acesso em: fev 2017.
- _____. *Histórico primer acuerdo de Gobierno y Farc en proceso de paz*. 2013. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12825874>>. Acesso em: mar 2016.
- _____. *'Enemigos del Gobierno quieren exacerbar el tema de seguridad': Santos*. 2013b. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12720802>>. Acesso em: fev 2017.
- _____. *Las Farc elogian el 'discurso social' de Santos*. 2013c. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-13103415>>. Acesso em: fev 2017.
- _____. *Santos llevó esperanza de paz a la ONU*. 2014. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/politica/proceso-de-paz/discurso-del-presidente-juan-manuel-santos-en-la-onu/14594416>>. Acesso em: fev 2017.
- FREEDMAN, Lawrence. International security: changing targets. *Foreign Policy*, 1998.
- GOBIERNO; FARC-EP. *Comunicado Conjunto #36*. Havana, 2014.

- GONZÁLEZ, María F. Experta analiza los discursos del presidente Santos y las Farc. *El Tiempo*. 2012. Disponível em: <<http://www.eltiempo.com/archivo/documento/CMS-12243802>>. Acesso em: jan 2017.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. A onça e o gato: ameaças e estratégia. In: *Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- HERNÁNDEZ, Carolina Galindo. De la Seguridad Nacional a la Seguridad Democrática: nuevos problemas, viejos esquemas. Bogotá: *Estudios Sociojurídicos*. (Número especial: Justicia Transicional: memoria colectiva, reparación, justicia y democracia): 496-543, 2005.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Ed. Martin Claret, São Paulo, 2006.
- HOBHOUSE, L. T. *The Unity of Western Civilization*. New York: Ed. F. S. Marvin, 1970.
- HYLTON, Forrest. *A Revolução Colombiana*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.
- ICG, INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Colômbia e seus vizinhos: os tentáculos da instabilidade*. Relatório sobre a América Latina nº3, Bogotá-Bruxelas, 2003.
- KALDOR, Mary. *New & Old Wars: Organized violence in a global era*. Stanford University Press, Stanford, 1999.
- KRAUSE, Keith; WILLIAMS Michael. From Strategy to Security: Foundations of Critical Security Studies. In: *Critical Security Studies – Concepts and Cases*. Keith Krause e Michael C. Williams. UCL Press Limited, Londres, 1997.
- LAQUEUR, Walter. *Una historia del terrorismo*. Barcelona: Paidós Ibérica, 2003.
- LLORENTE, María. Las FARC después de 'Jaque'. *Cambio.com*, 2009.
- MERARI, Ariel. Characteristics of Terrorism, Guerilla and Conventional War as Modes of Violent Struggle. In: RAMACHANDRAN. *Encyclopedia of Human Behaviour*, v. 4. San Diego: Academic Press, 1994.
- MESSARI, Nizar. Existe um novo cenário de segurança internacional? In: GOMEZ, Jose Maria (org.) *América Latina y el (des) orden global neoliberal*. Rio de Janeiro: Clacso, 2004.
- MILLER, Steven E. International security at twenty-five: from one world to another. *International Security*, Vol. 26, Nº1, 2001.
- PEÑUELA, Edgar. *Origen del conflicto armado en Colombia*. Academic paper, Center for Hemispheric Defense Studies, 2001.
- RAMIREZ, Socorro. El giro de la política exterior colombiana. *Nueva Sociedad*, Nº 231, 2011.
- SABINO, Diego F. T. An overview of the terrorism in Colombia: context, national legislation and anti-terrorism measures. *Contextos*. 1(4), 2012, p. 29-37.
- SALGARI, Emilio. Marulanda y las Farc para principiantes. Bogotá: *Cuadernos de Formación de las FARC-EP*, 2014.
- SÁNCHEZ, Gonzalo. Guerra prolongada y negociaciones inciertas en Colombia. In: SÁNCHEZ, Gonzalo; LAIR, Eric (orgs). *Violencias y estrategias colectivas en la región andina*. Grupo Editorial Norma, 2004.

- SANTOS, Marcelo. *O Conflito Colombiano e o Plano Colômbia*. Boa Vista, 2011.
- SAINT-PIERRE, Hector Luis. *Formas Contemporâneas da Violência Política*. 2002. 329f. Tese (Livre Docência) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2002.
- _____. As "novas ameaças" às democracias latino-americanas: uma abordagem teórico-conceitual. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *Segurança e defesa nacional: da competição à cooperação regional*. São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2007, p. 59-81.
- SOTO, Andrés. *Evolución del conflicto interno de Colombia*. Academic paper, Center for Hemispheric Defense Studies, 2001.
- TOKATLIAN, Juan Gabriel. El Plan Colombia: ¿un modelo de intervención?. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, nº54-55, 2001, p.203-219,
- _____. Colômbia: mais insegurança humana, menos segurança regional. Rio de Janeiro: *Contexto Internacional* 24 (1): 129-166, 2002.
- VALENCIA, León. Drogas, conflito e os Estados Unidos. A Colômbia no princípio do século 21. *Revista Diplomacia Estratégica Política*. Ano 1, nº2, 2005, p. 78-104.
- VILLA, Rafael Duarte; OSTOS, Maria del Pilar. As Relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: visões em torno da agenda de segurança. Brasília: *Revista Brasileira de Política Internacional*, Vol. 48, Nº 2, 2005.
- WAEVER, Ole. Securitization and desecuritization. In: LIPSCHULTZ, Ronnie D. (org) *On Security*. New York: Columbia University Press, 1995.
- WALDMAN, Peter. Guerra civil, terrorismo y anomia social. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2007.
- WASHINGTON POST. *A Conversation with Álvaro Uribe*. 2008. Disponível em: < <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/04/18/AR2008041802528.html> >. Acesso em: jan de 2017.
- WOLA Washington Office on Latin America. *Ending 50 Years of Conflict: the challenges ahead and the U.S. role in Colombia*, 2014.
- ZARAKOL, Ayse. What Makes Terrorism Modern? Terrorism, Legitimacy, and the International Relations. *Review of International Studies*, British International Studies Association, 2010, p. 1-26.